

ARTIGO

NARRATIVAS TRÁGICAS, HISTÓRIAS VIOLENTAS: DIMENSÕES DA ORALIDADE NA LITERATURA DE VIAGEM DE CÉSAR PRIETO MARTINEZ À FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI E A ARGENTINA NA DÉCADA DE 1920¹

JIANI FERNANDO LANGARO

Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorando e professor visitante na Università Ca'Foscari Venezia (Itália). Professor adjunto da Faculdade de História e membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH e do Mestrado Profissional em Ensino de História –PROFHISTÓRIA da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: jflangaro@ufg.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2048-2927>

RESUMO: O trabalho discute como César Prieto Martinez, autor de uma obra de literatura de viagem da década de 1920, lidou com a oralidade presente na fronteira brasileira com a Argentina e o Paraguai. Em específico, o texto recorta narrativas contadas sob o enredo de tragédia ou de violência. Com base nelas, explora dimensões da violência existente nas relações de trabalho e na vida cotidiana da fronteira. De maneira especial, busca compreender o lugar da oralidade nesse tipo de denúncia (da violência verificada na região), bem como os significados da passagem desses enredos do oral para o escrito.

PALAVRAS-CHAVE: memória; história dos livros; César Prieto Martinez.

¹ Este artigo originou-se de pesquisa realizada em 2022 a título de licença para capacitação no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, sob supervisão do Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, no âmbito do plano de trabalho “Memórias, escritas e oralidades na fronteira entre Brasil e Paraguai na primeira metade do século XX”.

TRAGIC NARRATIVES, VIOLENT STORIES:

DIMENSIONS OF ORALITY IN THE LITERATURE OF CÉSAR PRIETO MARTINEZ'S TRAVEL TO THE BORDER OF BRAZIL, PARAGUAY AND ARGENTINA IN THE 1920'S

ABSTRACT: the essay discusses how César Prieto Martinez, author of one book of travel literature from the 1920s, treated the orality present at the Brazilian border with Argentina and Paraguay. Specifically, the text analyses narratives told under tragedy or violence plot. Based on them, explores dimensions of the violence existing in the labor relationships and in the everyday life in the border. In a special way, intends to understand the place of the orality in this kind of complaint (of the region's violence), as well as the meanings of the transition from the oral format to the written.

KEYWORDS: memory; history of the books; César Prieto Martinez.

Recebido em: 07/06/2023

Aprovado em: 08/11/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v80p28-58>



1. Introdução

Ao estudarmos a fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, durante a primeira metade do século XX, é impossível não reconhecer a importância da oralidade como elemento marcante da sociedade e da cultura regionais. Sobre esse espaço, vários estudos já evidenciaram temas relacionados à “desnacionalização” da fronteira brasileira no período e às relações de trabalho violentas e em condições análogas à escravidão existentes nos latifúndios exploradores de madeira e de erva-mate nativas, também chamados de “obragens”. Entretanto, tais questões acabaram por eclipsar outras temáticas, principalmente aquelas relacionadas à cultura popular existente no lugar, incluindo a oralidade. Ela, inclusive, é vital para que seja possível, atualmente, estudarmos questões tais como o nacionalismo, a violência e o trabalho na fronteira, como tentamos deixar claro neste texto. Diante do exposto, indagamos qual o lugar da oralidade, como elemento constituinte de uma cultura fronteira, na visibilidade da violência existente nas relações de trabalho na fronteira durante a primeira metade do século XX.

Diferentemente do que a expressão oralidade pode sugerir, este não é um trabalho que toma a história oral como fonte de pesquisa, mas livros de relatos de viagem, seguindo caminho já aberto por Frederico Fernandes (2007) em *A voz e o sentido: poesia oral em sincronia*. Nessa obra, o autor utiliza os livros escritos por viajantes para analisar as diferentes dimensões da oralidade em Mato Grosso, visíveis nos escritos referentes às estadias dos visitantes na região, durante a segunda metade do século XIX. Com base nessas fontes, Fernandes (2007) analisa a cultura regional e o espaço que a poesia oral nela ocupava.

Ao utilizarmos livros de relatos de viagem como fonte, objetivamos refletir sobre o lugar da oralidade na visibilidade da violência existente nas relações de trabalho na fronteira. Pretendemos ainda realizar uma discussão sobre o papel das intersecções entre oralidade e cultura letrada escrita (representada pela literatura de viagem) na publicização de tais temas.

Para tanto, escolhemos para análise uma das mais importantes obras de literatura de viagem à fronteira estudada, *Sertões do Iguassú*, de César Prieto Martinez (1925). O livro foi publicado em 1925 e contém narrativas sobre a visita realizada pelo autor à região fronteira no ano anterior, 1924. Na

ocasião ele ocupava o cargo de secretário estadual da instrução pública do Paraná, sendo a viagem motivada pela necessidade de fiscalizar *in loco* as escolas públicas da região.² Essa experiência lhe ofereceu uma grande oportunidade para efetuar um diagnóstico da fronteira, espaço considerado remoto durante a primeira metade do século XX. Mais do que isso, a obra materializou as memórias, experiências pessoais e o diálogo de Martinez com elementos da cultura fronteiriça, incluindo a oralidade, com as quais tomou contato ao longo de sua visita.

A escrita de livros de literatura de viagem, por autoridades civis paranaenses, membros dos grupos dominantes curitibanos, foi prática comum durante a primeira metade do século XX.³ A fronteira com o Paraguai e a Argentina integrava uma região mais ampla, considerada “sertão”⁴ – com toda a carga simbólica que o termo historicamente carregou –, situada a ocidente do estado, cujo centro dinâmico era a margem brasileira do rio Paraná, localizado no município de Foz do Iguaçu. Esse espaço ribeirinho também era conhecido pela designação de Alto Paraná. O acesso ao local era difícil e por décadas exigiu que os viajantes se dirigissem à Argentina para dali acessarem a fronteira por meio da navegação fluvial do rio Paraná (Rocha Netto, 1973). Nos anos 1920 foi construída uma estrada de rodagem que, no entanto, oferecia grande dificuldade para o trânsito de automóveis e de caminhões (Ballão, 1921). A fronteira, portanto, se situava em um lugar “inóspito” e “selvagem” – de acordo com o entendimento do período – cujo acesso exigia disposição para correr riscos,⁵ embora fosse consenso se tratar

² Embora essa questão seja muito rica, o objetivo deste texto não é tratar da inspeção realizada por Martinez nas escolas da região fronteiriça, tampouco em suas posições nacionalistas, que muito já foram analisadas. Nossa proposta se concentra em estudar a forma como o autor dialogou com a oralidade presente no lugar. Para conhecer mais sobre a educação e o nacionalismo em Martinez, sugerimos a leitura de: Freitag (2001); Langaro (2019); Silva (2019).

³ A esse respeito, ver: Myskiw (2008, 2009).

⁴ O vocábulo “sertão” carrega sentidos muito específicos na história do Brasil, especialmente durante a primeira metade do século XX. Esse termo era empregado para as regiões brasileiras consideradas “incivilizadas”, carentes de desenvolvimento econômico – por geralmente serem dependentes do extrativismo – e de integração com o restante de seus estados e do país. “Sertão” também possuía o sentido de região onde não existia uma expressiva população nacional. No estado do Paraná era empregado para a zona ocidental, por ser considerada uma localidade de difícil acesso, pluviosa e repleta de matas, onde viviam populações indígenas, caboclas e estrangeiras. Entendia-se que era um espaço carente de “progresso”, “civilização” e integração estadual e nacional. A esse respeito, ver: Barbosa (2000), Ertzogue; Zagallo; Ramos Júnior (2018); Langaro (2018a; 2018b; 2019), Maciel (1998).

⁵ Abordamos algumas dessas questões em publicação anterior: Langaro (2018b).

de lugar de natureza exuberante.⁶ No retorno das viagens, tais dificuldades eram tratadas como parte de uma “aventura” merecedora de registro em livro.

Escolhemos a obra de Martinez, para esta análise, por se tratar de um conjunto de escritos efetuado por uma autoridade civil do Paraná, em período que foge à Revolução de 1930 e ao Estado Novo,⁷ marcos da escalada nacionalista brasileira da primeira metade do século XX, que converteu tal ideologia em política de Estado.

Sertões do Iguassú (Martinez, 1925), assim como outras tantas obras de literatura de viagem à fronteira no período estudado, já foram objeto de pesquisa de outros historiadores.⁸ Algumas delas, em nosso entendimento, não receberam o devido trato metodológico, sendo utilizadas como meras fontes de informação. Por outro lado, em certas situações, também verificamos uma confusão entre o nacionalismo dos anos 1930 com o dos anos 1920, bem como entre aquele nutrido por civis com o de militares ligados ao tenentismo.⁹

Com relação à nossa metodologia de pesquisa, inspiramo-nos em uma série de trabalhos acadêmicos acerca das relações entre oralidade e literatura. Em sua maioria, são estudos oriundos da antropologia e da literatura, áreas que se notabilizaram no estudo de oralidades e com as quais exercitamos a prática da interdisciplinaridade.

Em específico, dialogamos com as obras do antropólogo Jack Goody (2012) e dos críticos literários Paul Zumthor (1993; 1997), Walter Ong (1998), Carlos Pacheco (1992) e Frederico Fernandes (2007). Esses autores, consoantes com as metodologias de pesquisa de suas áreas, trabalham com oralidades ligadas a tradições de povos originários e/ou com o que os críticos literários designam de “poesia oral”, no interior da qual buscam por gêneros estáveis,¹⁰ tais com o conto e a epopeia (Zumthor, 1993; 1997). Apesar de bastante fértil, não seguiremos exatamente por esse caminho na análise proposta nas páginas a seguir. Por situar nossa reflexão no campo da história, temos maior

⁶ Sobre a relação dos viajantes que se dirigiam à fronteira, durante a primeira metade do século XX, com a natureza, ver: Freitag (2007).

⁷ O Estado Novo foi um período ditatorial que se estendeu de 1937 a 1945, com forte marca nacionalista. A esse respeito, ver: Capelato (2007).

⁸ Dentre eles, citamos: Colodel (1988); Freitag (2007); Myskiw (2009); Wachowicz (1982).

⁹ Fizemos algumas críticas a essa historiografia em: Langaro (2019).

¹⁰ Sobre gêneros estáveis, ver: Bakhtin (1997).

liberdade para pensar a oralidade, de maneira geral – e não somente aquela ligada a gêneros específicos –, como parte da cultura fronteira, presente na vida cotidiana e não somente em momentos rituais.¹¹

Nessa tarefa seremos auxiliados pela leitura de “Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra”, Marc Bloch (1998). Embora não estejamos lidando com notícias falsas, o autor nos auxilia a pensar a oralidade no interior campo da história.

Todavia, a opção por não buscar gêneros estáveis de “poesia oral” não significa que abordaremos quaisquer diálogos travados pelos autores e registrados em seus livros de memórias de viagem. Nosso recorte se destina diretamente às narrativas sobre a violência presente na fronteira, especialmente aquela constante das relações de trabalho. Elas certamente não são produto fortuito do acaso, uma vez que se repetem com alguma variação e integram o rol de temas privilegiados de conversas na região ribeirinha ao Paraná. Entretanto, mais do que nos preocupar em investigar se essas narrativas compõem ou não um gênero estável, focaremos nos significados e práticas sociais e culturais que as atravessam e impregnam.

Entendemos, portanto, ser incorreto transpor mecanicamente para o nosso trabalho a metodologia elaborada por outras áreas, criada para atender a necessidades e inquietações outras que não as nossas. Pois, como o próprio Paul Zumthor (1997, p. 51) afirmou: “Os gêneros, na verdade, só têm identidade em seu contexto cultural e os traços que a análise discernem só se tornaram pertinentes nele”, não sendo a oralidade portadora de fórmulas universais. Ao invés disso, optamos por tomar os autores anteriormente citados como inspiração para construir um método mais afinado com a área de história e com nossos objetivos. Assim, ao invés de aplicarmos os resultados daquelas obras à nossa pesquisa, escolhemos seguir o percurso metodológico da análise feita pelos antropólogos e críticos literários. Dessa maneira, efetuamos a análise observando os seguintes aspectos: 1) o espaço ocupado pela oralidade na sociedade estudada; 2) os ambientes em que a oralidade ocorria; 3) os diferentes temas-objeto de narrativas (independentemente de

¹¹ A diferença entre essa forma mais fluída com que a história lida com a oralidade, em contraposição aos métodos antropológicos e literários, pode ser observada na crítica que Jack Goody (2012) fez a Robert Darnton (1988), ao nosso ver improcedente e decorrente da incompreensão do antropólogo quanto às particularidades do trabalho historiográfico.

constituírem gêneros estáveis ou não); 4) os sentidos contidos nas narrativas sobre violência e relações de trabalho; 5) a intersecção entre oralidade e texto escrito nas obras de literatura de viagem.

A oralidade da região fronteira, constante dos livros de relatos de viajantes, é vasta. Por meio deles é possível perceber que a sociedade estabelecida no lado brasileiro da fronteira é, na categorização criada por Zumthor (1993, p. 18), de oralidade “mista”, uma vez que o oral convivia ali com a linguagem escrita, materializada nos jornais e revistas argentinos que circulavam amplamente na localidade (Franco, 1973; Wachowicz, 1982). A oralidade, que se utilizava mais das línguas espanhola e guarani que da portuguesa, não prescindia completamente do escrito, mas também não se reorganizava em função da grafia, principalmente no caso do guarani, muito falado e pouco escrito. Para além da comunicação necessária ao cotidiano, verificamos toda uma sorte de atividades orais, como a música e a contação de histórias e de casos notáveis acontecidos na região. Essas narrativas se dividem em diferentes e recorrentes temas, entre eles estão os relatos sobre contatos com animais selvagens, caçadas, tragédias (especialmente as acontecidas no rio Paraná), e violências (com destaque para os assassinios). Voltaremos a todas essas questões adiante, para tratá-las de forma mais aprofundada.

Embora nosso desejo seja o de utilizar a literatura de viagem como um filtro para entendermos parte da cultura fronteira durante a primeira metade do século XX – a exemplo do que E. P. Thompson (1998) fez com as obras de folcloristas que lhe serviram de fonte em *Costumes em Comum* –, não deixamos de focar nas formas como os viajantes interpretaram a região. Assim, tomamos como inspiração *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*, em que José Carlos Barreiro (2002) estuda a penetração dos valores liberais (notadamente os relacionados ao conceito de propriedade) entre os grupos populares na sociedade brasileira dos oitocentos. Para tanto, o autor opera o duplo movimento de analisar os valores dos viajantes para então poder refletir sobre o possível universo valorativo dos grupos que foram por eles retratados.

Todavia, estamos também atentos para o fato de que as nossas fontes se constituem em uma literatura de viagem específica do século XX, de autoria de nacionais, que escreviam suas impressões sobre o “exotismo” das

“bravias” regiões “sertanejas” do interior do Brasil. Também estamos atentos às formas como tais autores levaram as oralidades para seus livros, processo que não pode ser concebido de forma neutra. Para isso nos serve como referência *La comarca oral*, de Carlos Pacheco (1992), obra em que o autor analisa as influências da oralidade sobre a literatura ficcional latino-americana. Conforme pontua o autor, a oralidade aparece na literatura de múltiplas formas, seja por meio das formas como dos conteúdos. Dessa maneira, analisaremos como a oralidade foi levada por César Prieto Martinez (1925) para *Sertões do Iguassú*, influenciando principalmente o conjunto de temas elencados pelo autor como dignos de nota sobre o lugar.

2. César Prieto Martinez e as motivações para a publicação de Sertões do Iguassú

Cesar Prieto Martinez, autor de *Sertões do Iguassú* (1925), nasceu no estado de São Paulo em 1881. Se tornou professor em 1900, profissão que exerceu no município de Jaú, tendo se tornado, posteriormente, diretor de escola em Mococa. Em 1915 assumiu a direção da Escola Normal de Pirassununga. Em 1920 foi convidado para assumir a secretaria estadual de instrução pública do Paraná, na gestão do governador Caetano Munhoz da Rocha. Finda a gestão, em fevereiro de 1925, retornou ao estado de São Paulo, vindo a falecer em Santos, em 1934. De acordo com José Ricardo Skolmovski da Silva (2019), a busca por um secretário no estado vizinho foi motivada pelo desejo de trazer para o Paraná a reforma educacional realizada por São Paulo, de inspiração escolanovista.¹²

Martinez, em 1924, quando empreendeu viagem às margens do rio Paraná, encontrava-se no final de seu trabalho como secretário estadual de instrução pública. O livro, de certa forma, assinalava o fechamento de sua gestão à frente da secretaria e publicizava uma pequena parte de seu trabalho. O autor, por sua vez, não era um consenso no estado, pois, conforme ele próprio afirmou na introdução da obra, sofria críticas e a eficiência de suas

¹² Entendemos não ter sido fortuita, ou decorrente de falta de opções, a nomeação de um educador com experiência de trabalho no interior do estado de São Paulo. É possível que se buscasse alguém não somente com experiência educacional escolanovista, mas também em educação no campo. Conforme aponta Geni Rosa Duarte (1995), o ensino rural foi uma das grandes preocupações da reforma paulista.

ações eram recebidas com dúvida. Ainda de acordo com José Ricardo Skolmovski da Silva (2019), Martinez enfrentou, desde a nomeação, a oposição de parte da imprensa paranaense, que não gostou de ver um paulista ocupar tão importante cargo. Ao longo de sua gestão, Martinez empreendeu uma reforma na educação paranaense que objetivava a alfabetização massiva das crianças sem, no entanto, demandar grandes recursos financeiros. Empreendida como forma de impulsionar o desenvolvimento econômico do estado, buscava a difusão de uma educação republicana e nacionalizadora, que difundisse o “amor à pátria” (Silva, 2019. p. 53) e sanasse os males do corpo e da alma¹³ por meio da moral. As inspeções feitas pelo secretário (e seus prepostos) objetivavam, portanto, avaliar o alcance da reforma educacional paranaense.

É possível que *Sertões do Iguassú* (Martinez, 1925) tenha sido uma forma de mostrar o quanto o secretário se empenhou para levar a educação primária a todos os recantos do estado, até mesmo para a zona fronteira, de tão difícil acesso. Os relatos detalhados das dificuldades enfrentadas durante a viagem também podem ter sido motivados por tal intento. Pois, conforme afirma Robert Darnton (1990), todo autor, ao redigir uma obra, tem em mente as possíveis repercussões de seus livros e escreve, não raro, para responder a críticas ou mesmo para interagir com pessoas de seu convívio cotidiano.

Um fator importante, que pode ter impulsionado a missão, era o nacionalismo que surgiu no Brasil após a participação do país na Primeira Guerra Mundial. Muitos círculos nacionalistas passaram a defender uma difusão da brasilidade por meio da educação e do serviço militar.¹⁴ Martinez é conhecido pela historiografia acadêmica em função de seu apelo nacionalista,¹⁵ que entendia ser aquela região “mais paraguaya e argentina” (Martinez, 1925. p. 8) que brasileira, onde “nem o nosso idioma, nem o nosso dinheiro, ahi conseguiram chegar” (Martinez, 1925. p. 8).

As percepções negativas de Martinez sobre a fronteira não eram exclusividade dele. Era corrente entre os grupos dominantes paranaenses

¹³ O ideal de usar as escolas para sanar certos males do corpo, por meio da medicina, e da alma, por meio da educação, também estava presente na educação rural paulista do início do século. In: Duarte (1995).

¹⁴ A esse respeito, ver Bertonha (2011), Darós (2016), Pires (2015).

¹⁵ Algumas vezes, tal aspecto chega a ser majorado pela historiografia acadêmica, conforme pontuamos em: Langaro (2019).

situados em Curitiba a percepção de que o lado brasileiro da fronteira havia sido invadido por argentinos e paraguaios. Contribuía para essa percepção a perspectiva com que os militares em missão na região – saídos da então capital federal, o Rio de Janeiro – concebiam a zona fronteiriça.¹⁶

De acordo com Ruy Christowam Wachowicz (1982), ainda no século XIX, Brasil e Argentina firmaram acordos de navegação fluvial. O país platino conquistou o direito de ter seus navios circulantes no rio Paraná, em território brasileiro. Essa era uma contrapartida ao direito de os navios brasileiros circularem por cursos fluviais argentinos que permitiam o acesso ao estado de Mato Grosso. Entrementes, na segunda metade do século XIX, obrageiros (empresários extrativistas) de diferentes nacionalidades, principalmente argentinos, adentraram ao território brasileiro para explorar madeira e ervamate nativas (Colodel, 1988; Wachowicz, 1982). A situação fundiária somente foi regularizada na primeira década do século XX, mais de dez anos após a Constituição Federal de 1891 estadualizar as terras consideradas devolutas pelo Brasil (Rocha Netto, 1973).

A presença de obrageiros argentinos, bem como de um grande número de trabalhadores paraguaios e, maior ainda, de indígenas (geralmente confundidos com paraguaios, como veremos adiante), dava margem à sensação de que a fronteira nacional fora invadida. Ao mesmo tempo, a hegemonia comercial argentina naquela região do rio Paraná, baseada na cidade de Posadas, trazia consigo o uso do peso argentino como moeda corrente nas transações financeiras e do espanhol como idioma cotidiano e dos materiais impressos vindos do país platino, conforme afirmamos anteriormente. Toda a região era dependente das mercadorias vindas de Posadas, algo que muito incomodava as autoridades brasileiras não residentes no local (Wachowicz, 1982). Tal preocupação não era sem motivos, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a Argentina era uma das economias que mais cresciam no mundo (Lenz, 2000). Por essa razão, sua presença no lado brasileiro da fronteira não era vista como fator de impulso ao desenvolvimento, mas como uma possível ameaça à soberania nacional.

¹⁶ A esse respeito, ver: Cabanas (1928), Colodel (1988), Figueiredo (1982), Franco (1973), Martinez (1925), Wachowicz (1982).

Nesse quadro, abrir novas escolas, nomear mais professores e inspecionar a educação existente na região seria uma forma de tentar reverter tal quadro e difundir a nacionalidade brasileira, dentro dos ideais de políticos e intelectuais civis da Primeira República, no pós-Primeira Guerra Mundial.

Sertões do Iguassú (Martinez, 1925) veio a lume em 1925, tendo sua redação se iniciado seis meses após a viagem. As memórias do autor ainda estavam vívidas, o que, somado à sua maestria na escrita, torna a leitura do livro deveras convidativa e aprazível. Ao longo de 190 páginas, Martinez discorre cronologicamente sobre a viagem empreendida pelos “sertões”. Os textos são intercalados por fotografias produzidas durante a viagem. Vale frisar que, antes da obra, Martinez já havia publicado uma série de artigos na imprensa paranaense, sobre sua viagem à fronteira (Wachowicz, 1982). Eles certamente serviram de ensaio preliminar e embasaram o livro, uma obra de maior fôlego que simbolizou o encerramento do trabalho desenvolvido pelo autor no Paraná.

Organizado na forma de um diário, mesmo que a escrita tenha se iniciado somente seis meses após a viagem, o livro pode ser entendido como o registro de memórias de um passado próximo, vivido pelo viajante. Conforme discorre Romina A. E. Paredes, em “La escritura de viajes y la memoria histórica: el caso del diario de viaje a Yucatán de José Fernando Ramírez, 1865”, os livros de relatos de viagem são sempre “un ejercicio de memoria” (Paredes, 2018, p. 274). Tal forma de escrita guarda semelhanças com outras de matriz autobiográfica, como a epistolar ou os diários. Ela também pode ser remissiva somente ao aspecto pessoal ou privado como também pode se projetar publicamente. Nessa segunda alternativa cabem as narrativas de viagens feitas para atender a missões de Estado, como a de José Fernando Ramírez, estudado pela autora, ou César Prieto Martinez, objeto desta reflexão.

A oralidade, por sua vez, está presente ao longo de todo *Sertões do Iguassú* (Martinez, 1925), entretanto, nos interessa para fins de análise apenas aquela ocorrida na zona fronteira. Alguns lugares privilegiados para o desenvolvimento da oralidade, de acordo com as memórias e escritos do autor, são as áreas comuns dos navios à vapor e os locais turísticos de visitação da região, como as Sete Quedas e as Cataratas do Iguaçu, conforme veremos a seguir.

3. César Prieto Martinez e a oralidade a bordo dos vapores do rio Paraná

Os navios eram espaços repletos de oralidade, onde se cantavam músicas coletivamente – em espanhol e guarani –, se contavam histórias de tragédias e de violência ocorridas na região, dentre outras. A despeito de serem rigorosamente divididos em três classes, os vapores que singravam o rio comportavam espaços que proporcionavam, em momentos específicos de descanso e lazer, certa interação entre os diferentes segmentos de passageiros e a tripulação a bordo. A violência contra os trabalhadores das explorações de madeira e de erva-mate que pontuavam a fronteira chamaram sobremaneira a atenção do autor, que efetuou uma espécie de denúncia em seu livro, afirmando, logo na introdução, que:

O "peão" do Iguassú é um pária, amarrado a um contracto que o obriga a trabalhar para solver compromissos. Dão-lhe familia, com o primeiro dinheiro que recebe, crenes de prendel-o, por este meio, ao solo. E, assim como troca de patrão e de terras, arriscando a vida para fugir, tambem muda de affectos.

Tragado pela corrente das aguas ou arcabuzados pela bala de um fuzil, desce à sepultura raza, que se abre ao acaso, em qualquer parte, sem ter quem verta duas lagrimas sobre elles (Martinez, 1925. p. 9).

É corrente na historiografia que trata da fronteira nas primeiras décadas do século XX, a denúncia de relações de trabalho em condições análogas à escravidão. Faria parte delas a contratação de trabalhadores paraguaios na cidade argentina de Posadas, onde eles recebiam um adiantamento, chamado de *antecipo*, para ser gasto na cidade, que oferecia muitas opções de lazer, antes da partida ao Brasil. Uma vez instalados nas explorações de erva-mate e madeira no Brasil, eles precisariam adquirir todos os produtos nas vendas de propriedade das empresas, sendo difícil saldar suas dívidas, requisito para que pudessem partir.¹⁷

Martinez entende que até mesmo as famílias dos trabalhadores eram constituídas por meio das práticas patronais voltadas a prender os operários à terra. Incentivar o empregado a ter uma esposa seria uma forma de aumentar suas dívidas, uma vez que as mulheres não eram contratadas. Tal prática, sem eco na historiografia acadêmica e em outras obras de viajantes,

¹⁷ Uma referência clássica sobre esse assunto é: Wachowicz (1982).

chocava o autor, em função de sua compreensão de que toda união deveria se dar dentro das regras da Igreja Católica, que não aceita o divórcio.

O tema das relações de trabalho análogas à escravidão, por sua vez, é controverso e está longe de ser um consenso no interior da historiografia acadêmica.¹⁸ Nos últimos anos, também tem sido evidenciado o trabalho de indígenas falantes da língua guarani nessas explorações da fronteira, afastando-se a visão tradicional de que os peões eram todos paraguaios. Jorge Eremites de Oliveira e Paulo Marcos Esselin (2019) realizaram importante pesquisa sobre os trabalhadores da Companhia Mate Laranjeira no antigo Sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Eles concluíram que os paraguaios, embora presentes no quadro de funcionários da empresa, eram uma minoria face aos indígenas à serviço daquela companhia (Oliveira; Esselin, 2019). À luz dessas questões, é bem possível pensar que essa realidade também se reproduzisse na porção paranaense da fronteira com o Paraguai, onde a companhia também detinha concessões estatais. O próprio Martinez é um claro indicativo disso, haja vista ele não ter conseguido distinguir indígenas guaranis de cidadãos paraguaios ao longo do caminho percorrido de trem entre Porto Mendes e Guaíra, oportunidade em que passou às margens das moradias dessas populações fronteiriças (Martinez, 1925).

A dificuldade em diferenciar indígenas e paraguaios é compreensível, pois a linha que os separava era muito tênue. Em parte, isso se explica em função do processo histórico de formação do povo paraguaio. De acordo com Gaya Makaran (2014), os paraguaios resultam de dois processos de mestiçagem. Um primeiro seria biológico, ocorrido entre os indígenas guaranis e os colonizadores espanhóis.¹⁹ Mais tarde esse processo se repetiria com os imigrantes que colonizaram o Paraguai após a Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai). Um segundo processo de mestiçagem seria cultural, em que indígenas guaranis adotavam a cultura dos mestiços. Esse processo ocorreu em razão do abandono ou da expulsão dos indígenas de suas terras tradicionais. Os povos originários que tentaram viver afastados dos mestiços e procuraram manter seus modos de vida tradicionais foram

¹⁸ O historiador Gilmar Arruda (1997) defende que o *antecipo* também pode ser entendido como uma conquista dos trabalhadores, sem o qual não seria possível à Companhia Mate Laranjeira, seu objeto de estudo, conseguir funcionários.

¹⁹ Meliá (1997a) ressalta que esse processo de mestiçagem foi muito restrito no Paraguai.

chamados de monteses. Parte deles, falantes da língua guarani, habitam a fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina até os dias atuais, conforme afirma Meliá (1997b, 1997c).

Para tornar todo esse quadro ainda mais complexo, Eva Maria Luiz Ferreira (2007) afirma que os indígenas à serviço da Companhia Mate Laranjeira procuravam se ocultar entre os paraguaios. Por meio do conceito de “transfiguração étnica”, a autora explica que os povos originários, quando no trabalho dos ervais, tentavam se aproximar culturalmente dos paraguaios, principalmente por meio da indumentária, como forma de diminuir o preconceito que sofriam naquele ambiente. Após o fim dos trabalhos, ao retornarem às suas comunidades de origem, eles retomavam suas práticas culturais tradicionais.

A “transfiguração étnica” era necessária, pois segundo relatos de indígenas trabalhados pela autora, eles eram vítimas de muita violência, decorrente do preconceito existente contra eles. Como autores de tais preconceitos e violências são identificados inclusive os paraguaios, vistos como uma categoria superior de trabalhadores braçais dos ervais e aliados dos patrões.

Entre as violências relatadas pelos indígenas no trabalho de Ferreira (2007), destacamos duas. A primeira era o assassinato de trabalhadores indígenas por paraguaios para ficar com suas esposas. A segunda, o uso da língua guarani e do conhecimento do imaginário religioso indígena, por trabalhadores paraguaios, para convencer os povos originários a cederem suas terras para a extração da erva-mate.

Esses dois elementos de violência nos revelam pistas sobre a diversidade étnica que compunha o grupo dos chamados “paraguaios”. O primeiro deles nos revela a reprodução, nos ervais brasileiros, dos conflitos entre paraguaios mestiços e indígenas, existentes no próprio Paraguai, onde no período colonial, inclusive, indígenas se passavam por espanhóis para tentar evitar os preconceitos de que eram vítimas (Meliá, 1997a). O segundo, por outro lado, pode revelar que parte dos “paraguaios” também eram indígenas, haja vista que a língua guarani não é uniforme e o idioma falado correntemente entre os mestiços paraguaios difere daquele dos povos originários. Portanto, o conhecimento aprofundado da língua e das crenças

indígenas guaranis por “paraguaios” poderia ser decorrente deles próprios, muitas vezes, também serem indígenas.

Essa questão linguística, por seu turno, requer aprofundamento. De acordo com Bartolomeu Meliá (1983, 1997a, 1997b, 1997c), estudioso da língua e da cultura guarani, esse idioma é uma das marcas distintivas do Paraguai. Na primeira metade do século XX, era o idioma mais falado pelo povo paraguaio. Meliá chega a afirmar que, na época, o país era monolíngue em língua guarani, de tão restrito que era o uso do espanhol.

Todavia, conforme esclarece, o guarani falado pela população paraguaia, chamado pelo autor de “guarani paraguaio”, não é igual ao guarani falado pelos indígenas guaranis, algo que passa despercebido a quem não domina o idioma. Conforme afirma Meliá, a língua sofreu grandes transformações desde o período colonial, quando então existia o “guarani *criollo*”, falado pelos colonos e indígenas assimilados e o “guarani missioneiro”. O guarani paraguaio é, por conseguinte, a resultado da fusão dos dois, com predominância do “guarani *criollo*” e com muitos empréstimos da língua espanhola.

Embora seja um idioma dotado de escrita, o guarani é correntemente uma língua oral. Isso porque ela é muito mais falada que escrita. É a língua do campo e da população pouco escolarizada. Por outro lado, os letrados afirmam existir um alto nível de complexidade para se escrever em guarani. Além disso, existe toda uma situação de diglossia, como bem afirma Meliá. À língua espanhola se reserva um *status* superior que à língua guarani. O espanhol sempre foi a língua oficial, da administração pública, e do mundo da escrita. O guarani só se tornou plenamente língua oficial, em pé de igualdade ao espanhol, com a nova constituição nacional elaborada no processo de democratização do Paraguai, no início dos anos 1990.

O período estudado, a primeira metade do século XX, foi marcado por um avanço da imposição do espanhol como língua corrente no Paraguai. Embora esse intento só tenha produzido resultados parciais, revela a força da diglossia sofrida pelo guarani nessa época, seu aspecto marcadamente oral e o lugar social ocupado pelos trabalhadores paraguaios das obragens, operários braçais vindos do campo, iletrados ou pouco alfabetizados, imersos em uma cultura eminentemente oral.

No interior da fecunda oralidade fronteiriça, podemos verificar que muita da violência vivida pelos trabalhadores chegou aos ouvidos de Martinez por meio das histórias que eram contadas para ele durante a viagem no rio Paraná. Elas ocorreram notadamente no navio à vapor que o levou de Foz do Iguaçu a Porto Mendes, na concessão da empresa brasileira Companhia Mate Laranjeira. Do porto, o autor e o restante da comitiva seguiram de trem para Guaíra, sede da companhia no estado do Paraná.

Uma passagem da obra em que esse tipo de oralidade aparece se refere ao momento em que Martinez viu os marinheiros pescarem após o jantar. O navio havia ancorado em um certo ponto do rio Paraná, ainda no fim da tarde, em função da neblina que inviabilizava uma navegação segura. O lugar contava, segundo o autor, com inúmeros animais selvagens, tais como jacarés, capivaras e onças. Quanto à pescaria, ele notou que os marujos, após fisurem grandes peixes jaús, os devolviam às águas do rio Paraná:

Os marinheiros, após o jantar servido com as luzes, deitaram anzóis e colheram "jahus" monstros, que foram devolvidos à corrente por serem considerados inaproveitáveis, em virtude da sua ferocidade, devorando os cadáveres dos pobres peões paraguayos que comumente descem a corrente das águas.

Deve ser impressionante essa scena lugubre de corpos descendo o rio, disformes, sobre as águas, atacados pelos "jahus". Contam-se a propósito factos horripilantes de crimes ignorados e impunes, que o rio, na sua eterna descida para o Atlantico, revela, conduzindo as pobres victimas do barbarismo daquellas regiões que um dia hão de se constituir em formidaveis centros industriaes e commerciaes.

Às vezes o peão perece afogado, ao tentar atravessar a enorme e perigosa caudal, para fugir do castigo do patrão, e ganhar a liberdade. Outras, porém, é colhido pela bala perseguidora e assassina, que lhe furta a vida em pleno leito do rio. Ainda em outras circumstancias, as águas são o tumulto que o criminoso escolhe para occultar a sua falta. São também communs os desastres de embarcações que emborcam, de marinheiros que cahem e perecem tragados pelo redemoinho das águas.

O melhor nadador sucumbe ante o torvelinho da impiedosa corrente. Já se acostumaram os viajores [viajantes] dessa grande estrada fluvial e sinistra a encontrar, a cada passo, com taes destroços humanos, que a fatalidade e a malvadez transformam em lugubre scenario ante o qual diminue o nosso sêr, que se sente humilhado, esmagado, em confronto com a esplendida belleza da verdade que Jesus ensinou aos homens para que vivam em paz, amando-se uns aos outros como irmãos extremosos.

Conversamos sobre assumpto tão impressionante, durante horas, ouvindo factos, cada qual mais desagradavel, até que decidiram os companheiros fazer meza para o acostumado jogo de bordo [o "truco castelhano"] (Martinez, 1925. p. 113-114).

Como Martinez deixou claro, os peixes foram devolvidos ao rio porque acreditava-se que comiam carne humana. A origem dessa mórbida fonte de alimento foi explicada com base na violência do que seriam os muitos assassinios cometidos na região ribeirinha. Embora o autor não tenha entrado em detalhes, reconheceu que parte dessa violência envolvia o mundo do trabalho, ao afirmar que muitos falecimentos se deviam a afogamentos de trabalhadores que enfrentavam o rio “para fugir do castigo do patrão, e ganhar a liberdade” (Martinez, 1925. p. 113). Entretanto, não deixou de frisar as outras motivações para o crime de homicídio, bem como aquilo que entendeu como tragédias ocorridas nas terrivelmente agitadas águas do rio Paraná.

Esse tipo de história ocupava um espaço privilegiado no rol de casos contados sobre a região, já que tomou horas do diálogo entre aqueles que se encontravam no navio. Tratava-se de histórias anônimas e sem grandes detalhamentos. Não se sabe quem as contou e nem quem eram os praticantes da violência narrada, suas motivações e quem eram especificamente as vítimas. Esse caráter vago e anônimo parecia cumprir com uma função social específica, a de falar do ocorrido sem gerar comprometimentos ou possíveis acertos de contas. Essa função social nem sempre era desempenhada intencionalmente, uma vez que, como fica claro na escrita de Martinez, nem todas essas narrativas que circulavam oralmente eram explicitamente motivadas pelo desejo de se efetuar denúncias sobre a violência na região.

Martinez ficou deveras impactado com esses contos. Por ser um homem profundamente cristão, entendia que tais práticas atentavam contra seus valores. Possivelmente essa tenha sido a motivação para que ele levasse tais elementos ao seu livro e para que efetuasse sua denúncia, esta sim, muito explícita e intencional. Todavia, os mesmos valores cristãos e humanísticos o levaram, em certos momentos da passagem citada anteriormente, a abstrair a violência narrada, a atribuindo à “malvadez” humana, situando-a no campo da natureza humana e não em outros, como o das relações sociais.

Em certo momento, o autor demonstrou compreender que tal quadro era inerente ao “barbarismo” da região, que seria vencido por meio de seu desenvolvimento econômico. Ou seja, de acordo com as concepções da época, a situação seria revertida com o “progresso” e a “civilização” daqueles “sertões” e não propriamente com justiça. É notório que, ao longo de sua

análise, Martinez não considerasse e nem propusesse medidas que pudessem reverter tais situações, mesmo sendo ele um alto funcionário do estado. É possível imaginarmos que, justamente por ocupar tal posição e sendo o governo estadual (pelo menos em tese) um dos responsáveis por prover segurança aos residentes de seu território, o autor tenha tido limitações no trato desse tipo de assunto em uma obra que viria a público. Mesmo com esses limites – transpostos, porém, por autores que escreveram no mesmo período –²⁰ a obra é significativa em sua crítica às práticas correntes na região, sendo a oralidade um grande elemento a permitir a publicização e visibilidade da violência existente no período.

Todo esse quadro de oralidades também nos remete ao trabalho de Marc Bloch (1998). Segundo o autor, durante a Primeira Guerra Mundial, a censura imposta à imprensa como ato de guerra fortaleceu a “tradição oral” nas trincheiras, entre os soldados que lutavam naquela conflagração. Como parte dessa oralidade, via-se a difusão, entre os combatentes, de boatos e de notícias falsas sobre a guerra. Como lugar privilegiado em que se produziam essas narrativas estava a cozinha, ponto de encontro de soldados de diferentes grupos, onde não somente atuavam os cozinheiros, mas também os entregadores de víveres. Acompanhavam esses contatos a troca de informações e, muitas vezes, os boatos. As notícias falsas, por sua vez, acabavam difundidas entre os demais soldados das trincheiras por meio da ação daqueles que entregavam as marmitas.

As notícias falsas, por seu turno, não necessariamente eram negativas. Algumas delas, como a informação de que milhares de soldados russos haviam desembarcado no Reino Unido ou na França, davam esperança e algum alento a combatentes cansados e deprimidos. Outros boatos, como o de que um prisioneiro alemão havia sido empresário na França e, portanto, teria atuado como espião, tinham a função de fortalecer a crença no caráter ardiloso do inimigo, dando maior convicção aos soldados quanto à necessidade de suas lutas.

Tendo esses elementos em vista, podemos fazer algumas analogias entre a obra de Bloch e nosso objeto de estudo. Em termos de oralidade, a região ribeirinha ao rio Paraná pode ser considerada o equivalente às

²⁰ A respeito, ver: Cabanas (1928) e Figueiredo (1937).

trincheiras, ao passo que os navios à vapor seriam correspondentes à cozinha, como lugar em que pessoas de diferentes grupos da região e visitantes se encontravam. As narrativas transmitidas oralmente a bordo dos navios, por seu turno, possuem sentidos e respondem a demandas da sociedade fronteiriça. Mesmo que nem todas elas fossem verdadeiras – ou que muitas vezes exageros fossem cometidos –, é preciso pensar que os boatos nem sempre são instrumentos de dominação e/ou de opressão. Eles também podem servir como táticas empreendidas por aqueles que não estão entre os grupos dominantes de uma sociedade, na busca pela satisfação de suas demandas sociais. Conforme aponta Michel de Certeau (2000), as pessoas politizam seus cotidianos como forma de resistir às formas disciplinares dominantes e, para tanto, lançam mão de táticas para satisfazerem suas diferentes necessidades.

A oralidade, portanto, é um importante elemento social. Seu peso pode ser constatado em *Sertões do Iguassú* (Martinez, 1925), nas formas como Martinez lidou com ela – tendo ficado deveras impressionado com as histórias que ouvira – e como a levou para seus escritos.

4. Sertões do Iguassú e a oralidade em Guaíra

Após prosseguirem viagem, o navio chegou ao ponto final, nos vizinhos portos Alica/Artazza e Mendes. Conforme frisou o autor, a estrada de ferro que ligava o Porto Mendes à Guaíra foi construída em função das dificuldades de navegação naquele trecho do rio Paraná. Um desastre teria sido o marco para o desenvolvimento dessa obra:

O [rio] Paraná é nesse ponto bastante estreito. Dahi por diante havia, em outros tempos, um trecho de 25 kilometros navegavel. Os desastres, porém, eram continuados, perdendo-se embarcações e gente. De uma feita, as aguas sepultaram grande barca da Empreza, que descia o rio, carregada de matte, com 14 homens de tripulação. As aguas tragaram o navio e os seus 14 tripulantes, sem nem ao menos se ter vestigio de um unico destroço.

Esse facto alarmou a direcção da Matte Laranjeira, que resolveu prolongar a actual estrada de ferro de Porto Mendes a Guayra, para supprimir esse trecho perigoso da navegação (Martinez, 1925, p. 119).

Essa foi outra forma de oralidade verificada no livro de Martinez. O caso foi contado sem o anúncio de que se trata de uma história ouvida durante a

viagem, tampouco foram apresentadas as circunstâncias em que a prática oral aconteceu e as pessoas envolvidas nela. A situação relatada, um naufrágio – que hoje poderia ser entendida como um acidente de trabalho – foi compreendida como uma tragédia que, por ter vitimado mais de uma dezena de trabalhadores, foi considerada como o evento dramático que levou a companhia a construir uma ferrovia para contornar a navegação desse trecho tão difícil do rio Paraná. Assim, a diretoria da Mate Laranjeira apareceu na narrativa como diligente, que tratou de providenciar infraestrutura segura para o desenvolvimento dos trabalhos (e evitar novos prejuízos).

Narrativas de naufrágios nesse perigoso trecho do rio Paraná eram recorrentes na região. Uma delas também foi relatada por Arthur Martins Franco em *Recordações de viagem pelo Alto Paraná*.²¹ Ele esteve na zona fronteira na primeira década do século XX como comissário de terras, para demarcar as concessões das empresas exploradoras de madeira e erva-mate Nuñez y Gibaja e Domingos Barthe e, posteriormente, na década de 1910, como secretário estadual da fazenda, em missão na região para instalar novos postos de coletoria. Conforme narrou o autor, em 1914, pouco tempo após retornar a Curitiba, ficou sabendo do naufrágio de uma chata da Companhia Mate Laranjeira, que havia vitimado dezessete trabalhadores, nas proximidades do salto Carapan (Franco, 1973), mesmo local a que se refere o relato de Martinez.

Tais acidentes eram recorrentes nesse trecho do rio Paraná e vitimaram muitos trabalhadores, de acordo com Venilda Saatkamp (1984), autora de um livro de história sobre o município de Marechal Cândido Rondon. A ele pertenceu o Porto Mendes narrado nos livros de Martinez e Franco, entre 1960, quando o município foi criado, e 1982, quando o porto foi inundado para a formação do reservatório da usina hidroelétrica de Itaipu. Segundo a autora, as tragédias recorrentes levaram a Companhia Mate Laranjeira a construir a ferrovia, não tendo sido, portanto, uma resposta rápida ao problema, feita pela diretoria da empresa, como nos sugeriu Martinez.

²¹ Infelizmente não nos será possível aprofundar a análise da obra de Franco (1973), em função dos necessários recortes e aos objetivos traçados para este artigo. Pretendemos, em futuro próximo, dedicar um texto exclusivamente à obra desse autor, como forma de trabalhar devidamente as importantes questões por ele levantadas.

Na obra do secretário estadual da instrução pública, na sequência da passagem anterior, a comitiva viajou até Guaíra, cidade operária edificada e pertencente à Companhia Mate Laranjeira. Ali se instalaram no hotel destinado à recepção de visitantes. Nessa localidade conheceram as Sete Quedas, cuja visita, na época, era uma aventura arriscada, pois ainda apenas se aviltava a possibilidade de construção de passarelas, que, posteriormente, foram forjadas em cabos de aço. Em meio à visitação e à reação impressionada dos ilustres turistas, a oralidade ganhava espaço. É assim que se relatava a história de dois trabalhadores que ficaram presos nas corredeiras do rio que levavam às cachoeiras:

Ninguém pódé tocar esse ponto imperceptível especie de baliza a assignalar um perigo, porque além do porto, poucos metros distante da barranca, as aguas arrastam qualquer embarcação e a levam para o abysmo. São na verdade trahidoras porque occultam o perigo e attrahem o desejo de conhecer aquelle marulhar de ondas sobre costa bravia.

Mister Wilson conta-nos, então, a tragedia de dous peões paraguayos que pretenderam fugir em fragil embarcação. Sem se aperceber, na calada da noite, foram arrastados pela corrente até encontrar as pedras, às quaes se agarraram.

Moradores houve que ouviram gritos de angustia, vindos de muito longe, mal distinguidos no meio do barulho eterno das aguas. Parecia-lhes um grito de socorro, uma phantasia que a alma costuma crear entre o despertar e a dormencia, affligindo o coração à beira de perigos sonhados.

No dia seguinte, logo às primeiras luzes, os madrugadores divisaram, abraçados às pedras, os infelizes fugitivos.

E logo o porto se coalhou de gente para assistir a tão horrivel espectáculo.

Ao desejo incontido de soccorrelos se antepoz a impossibilidade do socorro pelo sacrificio inutil de outras vidas.

Mister Wilson offereceu mil pezos a quem os salvasse... Nem assim houve quem ao menos tentasse tão arriscada quão humanitaria empreza.

Passou-se o dia todo, sob o peso de tamanha afflicção e veio a noite com os gritos lancinantes dos pobres naufragos.

Amanheceu o dia e cresceu a curiosidade. Os dois pontos humanos ainda lá estavam, no mesmo lugar, num esforço supremo adiando a hora da morte...

Passou todo o dia e veio a noite com os mesmos gemidos de socorro, mais espaçados e mais fracos, diziam.

Amanheceu o dia e os olhos desesperados dos assistentes não avistaram mais os dois peões infelizes que foram devorados pela furia da corrente... Apenas no mesmo logar as pequenas ramadas continuavam o seu meneio ao impulso da viração...

Até hoje Guayra sente o pesadelo desses dias e dessas noites lugubres que o ronco surdo das aguas tornava macabro. E ainda parece ouvir os gritos de desespero que conseguindo romper o marulhar da corrente

chegavam até os ouvidos dos seus moradores, em seus leitos, gelando-lhes os corações (Martinez, 1925. p. 134-136).

Essa narrativa, como se pode constatar, tem por tema central a tragédia. No enredo, dois trabalhadores “paraguaios” tentaram fugir das terras da companhia e acabaram arrastados para um ponto sem retorno e/ou saída, em função da força da correnteza. Ao final da trama, ambos faleceram tentando vencer o rio a nado, uma vez que não chegaram a receber socorro. A ausência de ajuda foi justificada pelo fato de não haver o que fazer com quem ficava preso em tal ponto das corredeiras. Assim, toda ação seria inútil e resultaria em ainda mais mortes. O empenho de Wilson, responsável pela empresa em Guaíra, ganhou relevo nos escritos de Martinez. Ele teria oferecido certa soma em dinheiro para quem se dispusesse ao salvamento, oferta que não foi aceita por ninguém. A ocupar o vácuo deixado pela ausência de socorro, caberia aos moradores de Guaíra tão somente sentir pena dos dois moribundos que gemiam nas águas.

Essa é outra narrativa que se repete ao longo do tempo, com algumas variações. Novamente recorremos à obra de Arthur Martins Franco (1973), em que um relato similar ao trazido por Martinez foi apresentado ao leitor. Nele, os trabalhadores eram três e José Benitez, administrador local da Mate Laranjeira, antecessor de Wilson, tentou improvisar seu resgate. O socorro se basearia em lançar no rio Paraná um bote tripulado por outros dois trabalhadores, preso por um cabo a uma das ilhas próximas às quedas d'água, o que permitiria a máxima aproximação possível do local onde estavam os “náufragos”. Dali se lançaria um barril preso a outro cabo que, na ponta oposta, estaria atado ao bote de resgate. Segundo afirmava Franco, a eficácia de tal método de salvamento era deveras duvidosa e, antes que os preparativos fossem finalizados, os três trabalhadores já haviam se lançado ao rio, em uma tentativa desesperada de fuga ou mesmo de fazer cessar um sofrimento que já durava três dias.²²

Tal elemento indica que o relato desse tipo de caso se liga a algum gênero de oralidade dotado de certa estabilidade. Essa afirmação vale tanto se as duas narrativas se referirem a uma única situação vivida em Guaíra ou

²² A historiadora Isabel Cristina Martins Guillen (1991), ao analisar essa passagem da obra de Franco, questiona se, de fato, não houve tempo hábil para se providenciar o socorro aos trabalhadores. Nesse sentido, interroga se eles não teriam sido deixados para morrer, servindo de exemplo a todos que, porventura, pudessem pensar em fugir.

se estivermos diante de dois casos diferentes. Nessa última alternativa, há uma forma padronizada de relato, das duas situações trágicas, a se repetir. Nela, uma fórmula se desenha e envolve os seguintes temas: os trabalhadores tratados como “fugitivos” e censurados por sua ação; a impossibilidade de resgatá-los daquele ponto das corredeiras do rio Paraná; as tentativas vãs de salvamento dos “náufragos”; a sua morte inevitável; e o luto vivido pela comunidade que nada pode fazer para evitar a “tragédia”.

No caso relatado por Martinez, é importante perceber que a narrativa possui uma construção diferente das demais trazidas por ele para o livro. Quem contou a história oralmente foi identificado – no caso, Wilson –, que também foi apresentado como partícipe da trama, descrita como ocorrida em local preciso. O único aspecto vago da narrativa se referiu aos trabalhadores, tratados simplesmente como “peões paraguaios”. Eles sim foram relegados ao anonimato, traço comum aos operários da Primeira República brasileira, geralmente identificados na história por meio de fontes que não são de sua autoria e que os retrataram de forma generalista.

Possivelmente, por se tratar de uma narrativa precisa, e com vistas a evitar problemas com a empresa, o autor, ao levar a história do campo da oralidade para o da escrita, situou o enredo da trama na tragédia e não no da violência. Tal passagem foi escrita de maneira bem diversa daquela da pesca dos jaús, em que Martinez explicou como uma das razões para a ocorrência de afogamentos no rio Paraná as fugas de trabalhadores para “ganhar a liberdade”. A essa explicação se somaram as outras tantas motivações dispostas ao longo do livro, em que o autor denunciou as condições de trabalho análogas à escravidão vividas por esses trabalhadores. É possível, no entanto, que a separação entre as passagens de denúncia contidas no livro e o texto com enredo trágico da citação anterior tenha sido uma forma de o secretário apresentar a questão, sem comprometer suas relações com a Companhia Mate Laranjeira e/ou com o governo estadual, que havia concedido terras para a empresa explorar.²³

²³ Isso não significa, entretanto, ausência de críticas à Companhia Mate Laranjeira. Elas são visíveis em duas passagens. Uma, quando Martinez critica o tempo que a empresa demorou para ter a iniciativa de construir uma capela para seus empregados. Outra, quando caracteriza a escola edificada em Guaira como insuficiente para atender às necessidades educacionais daquela comunidade. In: MARTINEZ (1925).

Esse tipo de recurso alinha a obra de Martinez com outras publicadas sobre a região nas décadas de 1920 e 1930, que trouxeram denúncias até mais incisivas, mas geralmente evitaram caracterizar os problemas que cercavam o mundo do trabalho de forma precisa, geralmente não nomeando de forma direta pessoas e empresas. Algumas dessas obras foram além e criaram um rol de exceções, de companhias e gestores que não fariam uso de trabalho em condições análogas à escravidão.²⁴

Com relação especificamente à obra de Martinez, percebemos que ele não dirigiu sua denúncia a ninguém em específico, ao passo que também não elencou exceções. Quanto às histórias trágicas e violentas, elas foram trazidas para o texto sem grandes detalhes quando se enquadraram na segunda categoria (violência) e, ao serem detalhadas, se inseriram na primeira (tragédia). Embora não tenhamos meios para verificar de maneira aprofundada se essa característica pertencia à oralidade ou à escrita do autor, cremos ser proveniente de ambos. As histórias contadas na fronteira, como aquelas narradas no navio, parecem não especificar muita coisa, como já afirmamos, ao passo que o autor, ao levar a oralidade para seu texto escrito, também tentou filtrar certas informações.

5. Entre a tragédia e a violência, a oralidade

Primeiramente é preciso ressaltar que trabalhamos com narrativas designadas pelo autor estudado, César Prieto Martinez, como histórias de violência ou de tragédia. Em uma perspectiva contemporânea, no âmbito das relações de trabalho, essa divisão é artificial. Isso porque a Organização Internacional do Trabalho, juntamente com diversos pesquisadores da temática, entende que toda exposição de trabalhadores a riscos desnecessários, a acidentes evitáveis e a tratamento degradante, se constitui em “violência relacionada do trabalho”.²⁵ Tal conceito, por sua vez, é entendido como parte do universo concernente à saúde dos trabalhadores. No entanto, essa concepção sequer existia durante a Primeira República brasileira,

²⁴ Críticas incisivas a esse sistema de trabalho foram feitas tanto por Cabanas como por Lima Figueiredo, que também elegem “exceções”. A esse respeito, ver: Cabanas (1928) e Figueiredo (1937).

²⁵ A esse respeito, ver: Nunes; Oliveira (2008).

quando o país se encontrava não somente recém-saído da monarquia, mas também da escravização.

O que existia, por parte de Martinez, era a consciência de que alguns dos casos trágicos ouvidos durante sua viagem eram produto da violência verificada na fronteira. Como nos ficou claro ao longo da pesquisa, essa consciência não era exclusividade do autor. Ela existia também entre os trabalhadores das obragens quanto à exploração e violência vivenciada em seu cotidiano, razão pela qual eles não hesitavam em tentar empreender fugas. Parte dessa consciência, existente na região, se manifestava ainda como denúncia por meio da oralidade a bordo dos navios e nos espaços de conversação da fronteira, embora, evidentemente, nem todas as histórias contadas oralmente tivessem um sentido de denúncia expresso ou intencional.

Martinez entrou em contato com essas histórias e, longe de apenas reproduzir sentidos construídos por outrem, também imprimiu seus significados nelas, quando as levou para seus escritos. É possível, então, que o caráter de denúncia da violência fronteiriça, presente em certas histórias, fosse produto apenas da interpretação do viajante-escritor. Assim, uma determinada narrativa poderia ter sido criada e falada com o objetivo de transmitir uma “mensagem”, um “alerta” aos fronteiriços, com base em um caso compreendido tão somente como uma fatalidade ou acidente, ou seja, usando o gênero vulgarizado pelo cotidiano como “tragédia”, tal qual ponderou Raymond Williams (2002).

Inversamente, também é possível vislumbrarmos que Martinez tenha deslocado os sentidos de determinadas narrativas do campo da denúncia da violência para o da tragédia, quando da passagem de certas narrativas do oral para o escrito. Como vimos ao longo deste texto, em vários momentos o autor mediu palavras e tomou cuidado com a forma como inseriu em seu livro o olhar negativo que possuía sobre a região. Infelizmente, metodologia alguma nos permite recuperar os pormenores dessas possíveis transformações a que a oralidade foi submetida ao ser levada para o texto impresso.

Isso posto, precisamos chamar a atenção para alguns pontos centrais que circundam esta reflexão, especialmente sobre a violência fronteiriça. Primeiramente precisamos fazer o alerta de que não somente a zona limítrofe do Brasil com países vizinhos era violenta nesse período, mas todo o Brasil,

onde as eleições locais e regionais, não raro, eram resolvidas com a força das armas.²⁶ Formas de trabalho compulsório, castigos físicos e violência laboral também não foram exclusividade da fronteira, pois existem relatos de situações semelhantes em outros locais do país.²⁷ A Primeira República brasileira também foi palco de revoltas contra tais práticas, que sugerem a permanência de elementos remissivos à escravização que, no entanto, enfrentaram a resistência dos trabalhadores.²⁸

Além disso, também não podemos resumir as vidas das pessoas do lugar e do momento histórico estudado à violência. Embora esse tenha sido nosso recorte temático, o viver na fronteira era pulsante e abarcava múltiplas dimensões ainda pouco exploradas pela historiografia. Com isso não queremos negar ou mesmo minimizar a violência verificada no contexto histórico estudado, e notadamente presentes em nossas fontes, mas evitar um olhar reducionista e/ou anacrônico sobre o local.

Mas, ainda nos resta indagar que violência, afinal, era essa que concretamente existia na região e que era objeto da oralidade fronteiriça. Para responder a essa questão, precisamos refletir sobre o que é violência. De acordo com Hannah Arendt (1994), ela não é produto do poder, mas um recurso para negá-lo e destruí-lo. A autora entende que o poder não é propriedade de apenas algumas pessoas, mas de todas elas, sendo algo que se dá em relação. Ele não necessariamente é negativo, mas parte importante de nossa capacidade de agir criativamente sobre a realidade, para transformá-la e melhorá-la, inclusive. A violência, por sua vez, seria empregada para impedir que as pessoas exerçam seu poder sobre o mundo em que vivem. Quem lança mão dela o faz quando já não vislumbra mais a possibilidade de ver seus projetos e anseios preponderantes. Assim, todos possuem poder, mas não o exercem com o mesmo vigor. Por isso a violência é usada como forma de destruir o poder e efetuar imposições ancoradas no autoritarismo.

Na região, os trabalhadores das explorações de erva-mate e de madeira nativas, as obragens, não eram totalmente controlados. Eles, além de estarem em maior número, eram, em sua maioria, indígenas ou mestiços. Por isso

²⁶ A esse respeito, ver: Resende (2003) e Pesavento (1983).

²⁷ Encontramos referências a esse respeito em pesquisas realizadas no estado de São Paulo e de Minas Gerais. A esse respeito, ver: Varussa (2004) e Silva (1997).

²⁸ Uma delas foi a "Revolta da Chibata". A esse respeito, ver: Nascimento (2016).

conheciam o “sertão” muito melhor que seus patrões e até mesmo que alguns de seus capatazes, o que potencializava o risco de fuga. Essa era uma região em que o capital também não podia contar com muito apoio do Estado ou de outras instituições de controle social. Por isso se recorria ao uso da violência nas relações laborais, como forma de submeter os trabalhadores e impor-lhes as regras patronais.

Parte dessa violência circulava oralmente pela região, na forma de narrativas de casos notáveis, exemplares e/ou denunciadores. Muitos deles acabaram por ser transmutados em contos trágicos, sendo a violência ressignificada com tons de fatalidade. Ela adquiria, dessa maneira, sentidos de inevitabilidade, como se não fosse culpa de ninguém ou produto da ação humana.²⁹ Todavia, mesmo nesses casos, não deixava de permitir uma “leitura à contrapelo”³⁰ reveladora da violência ali presente, nas relações de trabalho.

Diante desse contexto, a oralidade ocupava um espaço muito importante. Era por meio dela que a violência, mesmo que algumas vezes enunciada como tragédia, circulava pela sociedade fronteiriça. Se por um lado a oralidade poderia colaborar com as tentativas de submissão, ao oferecer casos exemplares que serviam de alertas contra possíveis resistências, por outro, ela tinha o potencial de denunciar as arbitrariedades experimentadas na fronteira.

Nos conveses dos navios, a oralidade unia os passageiros das diferentes classes à tripulação, fazendo com que tais histórias chegassem tanto a quem fazia parte da sociedade fronteiriça como àqueles que ali estivessem apenas de passagem. Nas cidades e povoados, as narrativas de casos notáveis e que chocaram as comunidades ribeirinhas também desempenhavam função semelhante.

Tais casos acabaram sendo transferidos da oralidade para a forma escrita, pela ação de viajantes letrados que, tal qual Martinez, ao retornarem de suas visitas à região, escreveram e publicaram seus livros. Dessa maneira, tais histórias terminaram por circular entre um público mais amplo, no estado do Paraná e no Brasil.³¹

²⁹ A esse respeito, ver: Williams (2002).

³⁰ Escovar a história à contrapelo é uma proposta de Walter Benjamin (1994).

³¹ Para se ter uma ideia, o exemplar analisado de *Sertões do Iguassu* (Martinez, 1925) possui uma assinatura, data e identificação da cidade onde residia quem o adquiriu, em Recife, no estado de Pernambuco.

7. Referências

- ARENDR, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ARRUDA, G. **Os frutos da terra**: os trabalhadores da Matte Laranjeira. Londrina-PR, Ed. UEL, 1997.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BALLÃO, J. **A Fóz do Iguassú e as Cataratas do Iguassú e do Paraná (Descrição de viagem) 1920**. Curitiba: Typ. d'A República, 1921.
- BARBOSA, I. C. **Sertão**: um lugar incomum. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.
- BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERTONHA, J. F. **A Primeira Guerra Mundial**: o conflito que mudou o mundo (1914-1918). Maringá: EDUEM, 2011.
- BLOCH, M. Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra. *In*: BLOCH, M. **História e historiadores**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998. p. 177-197.
- CABANAS, J. **A columna da morte**: sob o comando do tenente Cabanas. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Almeida & Torres, 1928.
- CAPELATO, M. H. R. Estado novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 107-143.
- CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2000.
- COLODEL, J. A. **Obrages e companhias colonizadoras**: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960. Santa Helena/PR: Prefeitura Municipal, 1988.
- DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARNTON, R. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DARÓS, C. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**: a longa travessia. São Paulo: Contexto, 2016.
- DUARTE, G. R. **Rumo ao campo**: a civilização pela escola. São Paulo, 1910/20/30. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.
- ERTZOGUE, M. H.; ZAGALLO, A. D. A.; RAMOS JÚNIOR, D. V. A invenção do sertão: viajantes e barqueiros navegando pelo Araguaia. **Revista Territórios & Fronteiras**, UFMT, Cuiabá, vol. 11, nº 1, p. 42-59, jan.-jul., 2018,

FERNANDES, F. **A voz e o sentido**: poesia oral em sincronia. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

FERREIRA, E. M. L. **A participação dos índios Kaiowá e Guaraní como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)**. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2007.

FIGUEIREDO, L. **Oéste Paranaense**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

FRANCO, A. M. **Recordações de viagem pelo Alto Paraná**. s/l: s/ed, 1973.

FREITAG, L. da C. **Extremo-Oeste Paranaense**: História territorial, região, identidade e (re)ocupação. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Franca/SP, 2007.

FREITAG, L. da C. **Fronteiras perigosas**: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954). Cascavel/PR: Edunioeste, 2001,

GOODY, J. **O mito, o ritual e o oral**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

GUILLEN, I. C. M. **O imaginário do sertão**: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira. (Mato Grosso: 1890-1945). 393 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1991.

LANGARO, J. F. De sertão à região: história, memória e regionalismo na fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. In: BALLER, L.; CAMPOS, H. C.; GEBARA, A. (org.). **Leituras de fronteiras**: trajetórias, histórias e territórios. Jundiá-SP: Paco Editorial, 2018. p. 139-151. (a).

LANGARO, J. F. Entre viagens e narrativas de desnacionalização: a fronteira brasileira com a Argentina e o Paraguai nas décadas de 1920 a 1940. **História Unisinos**, Porto Alegre, UNISINOS, vol. 23, n. 3, p. 356-366, setembro/dezembro de 2019.

LANGARO, J. F. Sertão, civilização e progresso: olhares sobre a fronteira Brasil-Paraguai-Argentina (1896-1937). **Territórios & Fronteiras**, UFMT, Cuiabá, vol. 11, n. 1, p. 152-176, 2018. (b).

LENZ, M. H. **Auge e início do declínio da economia argentina**. Análise econômica, UFRGS, Porto Alegre, vol. 18, n. 33, p. 121-140, 2000.

MACIEL, L. A. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: Educ, 1998. pp. 166-173.

MAKARAN, G. **Paraguay**: el nacionalismo y sus mitos. Ciudad del México: UNAM, 2014.

MARTINEZ, C. **Sertões do Iguassú**. São Paulo: Cia. Graphico-editora Monteiro Lobato, 1925. p. 134-136.

MELIÁ, B. **El guaraní conquistado y reducido**: ensayos de etnohistoria. Assunção (Paraguai): CEADUC, 1997 (a).

MELIÁ, B. La lengua guaraní del Paraguay. In: POTTIER, B. (org.). **America Latina en sus lenguas indígenas**. Caracas (Venezuela): Monte Avila Editores, 1983. p. 43-59.

MELIÁ, B. **El Paraguay inventado**. Assunção (Paraguai): CEPAG, 1997 (b).

MELIÁ, B. **Una nación dos culturas**. Assunção (Paraguai): CEPAG, 1997 (c).

MYSKIW, A. M. **A fronteira como destino de viagem**: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). 245 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Geras, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2009.

MYSKIW, A. M. Curitiba, “República das letras” (1870/1920). **Revista eletrônica História em reflexão**. Dourados/MS, UFGD, vol. 2, n.º 3, pp. 2-26, jan./jun. 2008.

NASCIMENTO, Á. P. do. “Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, vol.36, n. 72, pp. 1-22, maio/agosto de 2016.

NUNES, M. de O.; OLVEIRA, R. P. de. Violência Relacionada ao Trabalho: uma proposta conceitual. **Saúde e sociedade**. São Paulo, USP, vol. 17, n. 4, pp. 22-34, 2008.

OLIVEIRA, J. E.; ESSELIN, P. M. Uma etno-história da erva-mate e dos povos indígenas de língua guaraní na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. In: FINOKIET, B. A. (Org.). **Fronteiras e Interculturalidade**. Tubarão-SC: UFFS/Copiart, 2019. p. 213-260.

ONG, W. **Oralidade e cultura escrita**: a tecnologização da palavra. São Paulo: Papyrus, 1998.

PACHECO, C. **La comarca oral**: la ficcionalización de la oralidad cultural en la narrativa latinoamericana contemporánea. Caracas: La casa de Bello, 1992.

PAREDES, R A. España. La escritura de viajes y la memoria histórica: el caso del diario de viaje a Yucatán de José Fernando Ramírez, 1865. **Projeto História**, São Paulo, PUC-SP, v. 62, pp. 273-304, 2018.

PESAVENTO, S. J. **A revolução federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PIRES, L. C. Os inimigos da nação: A Liga Brasileira pelos Aliados e os discursos sobre os o “Perigo Alemão” durante a Grande Guerra (1915-1919). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, p. 61-80, jan./jun. 2015.

RESENDE, M. E. L. O processo político na primeira república e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 89-120.

ROCHA NETTO, B. M. As lições dos relatos de viagem. In: FRANCO, A. M. **Recordações de viagem pelo Alto Paraná**. s/l: s/ed, 1973. p. 3-8.

SAATKAMP, V. **Desafios, lutas e conquistas**: história de Marechal Cândido Rondon. Cascavel: Assoeste, 1984.

SILVA, D. M. de O. **Memória, lembrança e esquecimento:** Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60. São Paulo. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 150 p. 1997. p. 34 e 47.

SILVA, J. R. S. da. **A revista O Ensino e manifestações tayloristas nas propostas da reforma educacional de César Prieto Martinez (Paraná, 1920-1924).** 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2019.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARUSSA, R. J. Trabalhadores e memórias: disputas, conquistas e perdas na cidade. *In:* FENELON, D. R. *et al* (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho d'Água, 2004. pp. 216-217.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos:** História do oeste paranaense. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

WILLIAMS, R. **Tragédia moderna.** São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ZUMTHOR, P. **Introdução à poesia oral.** São Paulo: Hucitec, 1997.

ZUMTHOR, P. **A letra e a voz:** a “literatura” medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.